

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

JULIA MENDOZA NALON

**A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DA GRANDE
FLORIANÓPOLIS**

FLORIANÓPOLIS

2020

JULIA MENDOZA NALON

**A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Pedagogia elaborado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia
pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Leila Procópio do Nascimento

FLORIANÓPOLIS
FEVEREIRO, 2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nalon, Julia A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS / Julia Nalon ; orientador, Leila Nascimento, 2020. 57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Educação Ambiental. 3. Formação de professores. 4. Pedagogia. I. Nascimento, Leila. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.

JULIA MENDOZA NALON

**A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de licenciada em pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2020

Prof.^a Dr.^a Jocemara Triches
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Leila Procópio do Nascimento (MEN/CED/UFSC)
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Luíza Vieira Maciel (PPGE/UFSC)
Membro Titular

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Nunes Chaves (UDESC)
Membro Titular

Prof.^a Dr.^a Elisandra de Souza Peres (UFSC)
Membro Suplente

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer as forças do Universo por traçar minha trajetória me presenteando com incríveis oportunidades de evolução emocional, espiritual e intelectual.

Agradeço à minha família, que sempre deram a mim a oportunidade de ser quem eu quisesse ser, me auxiliando em todos os momentos necessários e apoiando minhas decisões. Especialmente à minha mãe Karina Mendoza, que sempre foi e ainda é minha melhor amiga.

À todas minhas amigas que considero irmãs de coração, companheiras em diversos momentos. Com afeto esse agradecimento se estende mais especificamente às amigadas que solidifiquei durante o curso de Pedagogia. Com imenso carinho a Julia Gerhardt e a Bruna Jochem, que tornaram os momentos difíceis mais engraçados e superáveis-sendo parceiras de todas as horas, desde os cafezinhos no meio da tarde até os últimos instantes deste trabalho de conclusão.

Agradeço à minha orientadora Leila Procópio do Nascimento, por me acolher e apresentar os caminhos a seguir nessa pesquisa, pelo apoio, compreensão, paciência e dedicação.

Agradeço aos professores do curso de Pedagogia. Obrigada pelos ensinamentos, trocas e contribuições para a minha formação docente.

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina (1983)

RESUMO

A presente pesquisa visa identificar como a temática da Educação Ambiental (EA) é representada na Matriz Curricular e nas ementas das Disciplinas estabelecidas nos Projetos Pedagógicos (PP) dos cursos de Pedagogia das instituições públicas da Grande Florianópolis, sendo estas, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e o Centro Universitário Municipal de São José (USJ). Foram utilizadas duas estratégias de pesquisa na metodologia deste trabalho, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, onde foram analisadas a Matriz Curricular e as ementas das disciplinas encontradas no Projeto Pedagógico dos cursos de Pedagogia das Instituições públicas de Ensino superior da grande Florianópolis. Inicialmente apresentam-se alguns elementos conceituais e históricos em relação à temática da Educação Ambiental a fim de introduzir a temática utilizando a documentação e outros autores como referencial teórico. Em seguida, aborda-se a importância desta temática tanto no currículo escolar como na formação de professores. Posteriormente apresentam-se as análises realizadas através da Matriz Curricular e do PP. Como reflexão final deste trabalho pôde-se perceber que a temática estudada é apresentada de maneira fragilizada em relação à formação de professores nos cursos de Pedagogia, provocando reflexos na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Educação Ambiental; formação de professores; Pedagogia.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dissertações.....	17
Quadro 2 - Tese.....	19
Quadro 3 - Disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da UDESC.....	36
Quadro 4 - Disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da UFSC.....	39
Quadro 5 - Disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da USJ.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC Base Nacional Comum Curricular

DCNs Diretrizes Curricular Nacional de Educação

EA Educação Ambiental

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação

NADE Núcleo de Aprofundamento de Estudos

PCN Parâmetro Curricular Nacional

PNE Plano Nacional de Educação

PNEA Política Nacional de Educação Ambiental

PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PP Projeto Pedagógico

ONU Organização das Nações Unidas

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USJ Centro Universitário Municipal de São José

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Percurso Metodológico	15
2 Educação Ambiental: alguns elementos conceituais e históricos para reflexão	20
2.1 A importância da Educação Ambiental no currículo escolar	25
2.2 A importância de estudos em Educação Ambiental na formação de professores	28
3 A temática da Educação Ambiental representada na Matriz Curricular dos cursos de Pedagogia das instituições públicas da Grande Florianópolis	30
4 A Educação Ambiental nas ementas das disciplinas nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia: formação ausente?	34
5 Reflexão acerca das formas de representação da temática da Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos pela apresentação da Matriz Curricular e Ementas das disciplinas dos cursos de Pedagogia	42
6 CONCLUSÕES	44
7 REFERÊNCIAS	46

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros contatos com a temática da Educação Ambiental (EA) se deu por meio de questionamentos em relação ao modo de vida que se tinha, e durante o período de estágio não obrigatório¹, as observações seguidas de indagações de como as crianças com quem tive a oportunidade de conviver, se relacionavam com o ambiente natural.

Durante minha infância, tive a oportunidade de conviver em ambientes naturais em inúmeros momentos, brincar no quintal de casa e subir nas árvores era comum no dia a dia, andar descalça e sentir a terra em meus pés, brincar com meus animais rolando na grama, nos finais de semana se não ia a praia com meus pais, tinha a liberdade de ir caminhar junto com uma amiga até um gramado em frente à Lagoa da Conceição, conhecido como “Ponta das Almas”. Passar a tarde brincando em contato direto com a natureza era comum e não imaginava que existiriam outras infâncias com realidades distantes. Hoje compreendo que estas circunstâncias tenham feito com que eu criasse certa sensibilidade e apreciação a questões relacionadas ao meio ambiente, questionando um estilo de vida, não conseguindo me imaginar, mesmo adulta, vivendo afastada deste meio.

Desde os anos iniciais do Ensino Fundamental tive a oportunidade de estudar dentro do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no Colégio de Aplicação. A decisão em cursar Pedagogia surgiu no último ano do Ensino Médio em 2014, durante ele me envolvi com os movimentos estudantis junto com alguns colegas e o Grêmio Estudantil. Neste ano o quadro político brasileiro passou por mudanças, as quais influenciaram na decisão da escolha do curso em questão. Encorajada pelo momento vivido, decidi que gostaria de prestar vestibular para um curso que estivesse envolvido na área da educação, ao analisar o currículo do curso de Pedagogia da UFSC e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) tomei a decisão de me tornar Pedagoga.

Entrei no curso de Pedagogia da UFSC no primeiro semestre de 2015, por mais clichê que pareça, foi amor à primeira vista. Nunca tive aproximação com crianças pequenas, ser introduzida a temáticas relacionadas à infância e processos de ensino e

¹Estágio não obrigatório realizado no SEI-HU no período de 2015 a 2017.

aprendizado me instigaram. Entretanto, dialogar com questões políticas, sociais, culturais e econômicas me fez ter certeza de que eu havia feito a escolha certa. Durante o curso transformei minha forma de pensar, estudar sobre formação humana fez com que eu me tornasse uma pessoa mais empática e disposta a compreender o outro antes de tomar uma posição, estes foram os aspectos que me engajaram durante as dificuldades encontradas no caminho percorrido. Quando realizei o Estágio não obrigatório na terceira fase do curso, tive minha primeira oportunidade como educadora, de ver o quanto o retorno do que falamos e ensinamos às crianças é recompensador visto todas as adversidades encontradas. Foi nesta mesma época que passei a me interessar pela relação criada com os meios ambientes naturais e a infância. Até então a trajetória vivida dentro do curso provocava inquietações a temas que possuem relação à temática da EA, mesmo que ela não fosse abordada durante as disciplinas, contudo, as reflexões a cerca das relações políticas, sociais, econômicas e culturais realizadas faziam com que questionamentos a respeito do que se investiga neste trabalho se desenvolvessem.

Foi durante a disciplina de “Geografia, Infância e Ensino” oferecida na quinta fase do curso que houve a oportunidade de compreender mais a respeito do vínculo criado entre o meio ambiente natural e a infância, este era um tema que me estimulava. Conheci pela primeira vez os conceitos de espaço e lugar, o que fez com que eu criasse mais curiosidade a cerca das relações estabelecidas entre as crianças e o meio ambiente natural.

Houveram momentos durante a trajetória acadêmica em que me questionava quais eram as possibilidades a partir das relações criadas no convívio com o meio ambiente natural na educação com crianças pequenas inseridas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A partir dos questionamentos feitos, surgiu o desejo de descobrir em que medida as Universidades estão garantindo em suas Matrizes, Planos de Ensino, Ementas, Projeto Pedagógico e conteúdos que incluam a formação em EA para professores.

Foi ao ler o livro “Educação Verde, Crianças Saudáveis”² que tive minha primeira aproximação com a temática, passei a compreender como um dos

²Livro escrito pela autora Heike Freire no ano de 2013.

compromissos do educador proporcionar experiências que auxiliam o desenvolvimento de um sentimento de responsabilidade pelo mundo nas crianças.

Com o objetivo de me aprofundar e compreender melhor a temática da Educação Ambiental, no primeiro semestre de 2018, realizei o curso Fundamentos e Práticas de Educação Ambiental para espaços educadores oferecidos a distância pelo Ministério do Meio Ambiente. Em processo de conhecer a temática da EA, passei a compreender o quanto a urbanização e a industrialização intensas nos levaram a um novo estilo de vida que nos afasta da nossa relação com o meio natural, fazendo com que o planeta se degrade de maneira intensiva por determinadas frações de classe, qual seja, a classe dominante.

É quase impossível não relacionar as demandas do mercado ou do modo de produção capitalista com o momento de crise ambiental que nos encontramos hoje. Dificilmente nos é apresentada a relação dos grupos de interesse nas definições de práticas que determinam o futuro do meio ambiente natural. Entende-se então que nas civilizações ocidentais as relações entre sociedade/natureza se adaptaram ao mercado.

A exploração dos recursos naturais se intensificou muito e adquiriu outras características, a partir das revoluções industriais e do desenvolvimento de novas tecnologias, associadas a um processo de formação de um mercado mundial que transforma desde a matéria-prima até os mais sofisticados produtos em demandas mundiais (BRASIL, 1997, p. 173).

A lógica do capital é, então, a extração da força de trabalho gerada na esfera da produção e apropriada pela burguesia no momento da realização da mercadoria, isto pe, quando esta chega ao consumidor, na esfera da circulação. Com isso, o valor de uso orienta a dinâmica do valor de troca, na medida em que a relação de exploração só é efetivada se a mercadoria for realiza, e esta só é realizada caso seja consumida, ou seja, apresentar um valor de uso útil ao consumidor. No entanto, em determinada etapa do desenvolvimento capitalista, esta relação entre oferta e demanda se inverte, isto é, a burguesia passa a “criar” demandas que antes não existiam. Isso se dá, sobretudo, através dos meios de comunicação e da propaganda e possui um grande impacto, principalmente, nos países do terceiro mundo que são orientados por padrões de consumo externos a sua realidade econômica. Portanto, o que frequentemente acontece atualmente é uma submissão do valor de uso ao valor de troca, em que o último cria o primeiro. Além dos produtos serem produzidos para terem pouca durabilidade, criando

cada vez mais materiais descartáveis, sujeitando o meio ambiente a mais degradação com a quantidade de lixo causado, ao mesmo tempo é desconsiderada a natureza como uma fonte finita, a submetendo aos objetivos do mercado.

A contradição, uma das indelévels marcas de nossa sociedade, se mostra, também, no fato de que obedecendo a sua lógica expansionista, o ideal burguês incentiva o consumo e coloca ter e possuir como elemento norteador de sucesso individual. Contudo, a mesma sociedade, também, limita e impede que parcelas significativas da população mundial tenham acesso a vários produtos básicos, inclusive alimentos. Fome e ostentação convivem na sociedade, lar das mercadorias, não dos humanos (BARROS, 2013, p. 25).

Para o sistema capitalista, não há possibilidade de criar maneiras para que se possam reparar os danos ambientais, já que repará-los significa causar uma drástica mudança no modo de produção.

Diante desse contexto há uma necessidade contemporânea e urgente de comprometimento por parte da sociedade em gerar soluções para o transtorno criado por ela à ela mesma. Caso contrário, acabaremos sofrendo os efeitos por estarmos vivendo no mundo de forma irresponsável. Nesse sentido a EA cria potencialmente oportunidades de mudanças nos padrões de comportamentos dos indivíduos e nas atitudes e valores de cidadania, esses que possuem fortes consequências sociais.

Alinhado à este pensamento, adotamos para esta pesquisa a perspectiva crítica de análise com pela concepção da EA crítica, esta que agrega a dimensão sociocultural incorporando as dimensões sociais e políticas, entendendo que essas dimensões não podem ser separadas do próprio indivíduo e de seus valores, tendo como objetivo contribuir para que este indivíduo se torne justo socialmente e crítico a refletir questionando sobre a legitimidade dos fatos que levam a determinados problemas socioambientais. Nesse sentido Guimarães (2004) assinala que:

A Educação Ambiental Crítica objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo, em que nesse exercício, estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos (GUIMARÃES, p. 30, 2004).

Esse conceito traz a possibilidade da reflexão acerca do consumo e do uso de recursos naturais levando em consideração as dimensões sociais, econômicas, políticas e

culturais. Essa concepção é recomendada pela Diretriz Curricular Nacional de Educação Ambiental (2012) em seu Capítulo I:

Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino (BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**, p. 2, 2012).

Os elementos supracitados alinham-se com o **objetivo geral** dessa pesquisa que é: Investigar em que medida as universidades estão garantindo em suas matrizes curriculares (Projetos Pedagógicos de Curso, matrizes curriculares, ementas de disciplinas), conteúdos que incluam e garantam minimamente a formação em Educação Ambiental para professores de Educação Básica, especialmente na formação de Pedagogos(as). E que se desdobram nesse Trabalho de conclusão de Curso como os seguintes objetivos específicos:

- Efetuar o levantamento bibliográfico referente à documentação pertinente, bem como, teses e dissertações associadas à temática da Educação Ambiental na formação de professores nos cursos de Pedagogia;
- Investigar se há a temática da Educação Ambiental na matriz curricular e de que forma é apresentada nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Instituições públicas de Ensino superior da Grande Florianópolis;
- Verificar se a temática da Educação Ambiental é garantida nas ementas das Disciplinas dos cursos analisados e de que forma estão configuradas nas mesmas;
- Desenvolver uma análise e reflexão, bem como uma conclusão propositiva acerca das formas de representação da temática da Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos, na Matriz Curricular e nas ementas das disciplinas dos cursos de Pedagogia investigados.

A fim de fomentar a discussão a cerca da temática da EA, nos fundamentamos em autores como: Machado (2014), Mattos (2009), Oliveira (2012) e Martins (2009). dentre os quais é importante ressaltar as referencias do pesquisador e escritor Yi Fu

Tuan conhecido por definir o conceito de Topofilia, que nos trouxe para o debate elementos para pensar a relação afetiva estabelecida com o meio ambiente natural e o indivíduo. Dentre outras referências como Carvalho (2004), Guimarães (2004), Jacobi (2003) e Lima (2003), dentre outros pesquisadores da área.

Quanto à estrutura organizativa e forma de exposição de texto no Capítulo um designado à “INTRODUÇÃO” e como subcapítulo à “METODOLOGIA” apresentamos as motivações iniciais e surgimento da problemática da pesquisa. Bem como outros elementos constituídos que permeiam metodologia, objetivos geral e específicos.

No capítulo dois, caracterizado como “EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ALGUNS ELEMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS PARA REFLEXÃO”, é apresentado alguns aspectos históricos e conceitos importantes para compreender a pesquisa, ainda no mesmo capítulo, porém como um subcapítulo intitulado “A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO ESCOLAR” é tratado da importância da temática nos Currículos Escolares da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O capítulo três, denominado como “A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL REPRESENTADA NA MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS”, apresenta uma análise realizada nas Matrizes Curriculares investigadas e discorro brevemente sobre as informações coletadas e em como elas acarretam no andamento da formação oferecida pelo curso.

No capítulo quatro, intitulado “A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS EMENTAS DAS DISCIPLINAS NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA: FORMAÇÃO AUSENTE?”, ainda apresento uma análise, entretanto a respeito das ementas das disciplinas encontradas no Projeto Pedagógicos dos cursos pesquisados.

No capítulo cinco, designado como “REFLEXÃO ACERCA DAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA MATRIZ CURRICULAR E NAS EMENTAS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA”, exhibe uma reflexão nas formas de representação da temática nas Matrizes Curriculares e nas

Ementas disponíveis nos PP após análise. Por fim nas conclusões procurou-se sintetizar o que foi visto durante a escrita, retomando algumas reflexões e problematizando outras questões com a intenção de não concluir por aqui a discussão.

1.1 Percurso metolológico

A vigente pesquisa caracteriza sua abordagem metodológica de caráter qualitativo, bibliográfico e documental. Este tipo de pesquisa pretende aprofundar e compreender o objeto de estudo e não sua representatividade numérica (SILVEIRA e GERHARDT, 2009, p. 31) no que diz respeito ao caráter bibliográfico e documental Severino (2014, p. 122) explica que este tipo de coleta de dados “[...] se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores” e a pesquisa documental:

A análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Lüdke e André, 1986, p. 38).

Segundo Lüdke e André (1986) o objetivo da pesquisa e análise documental é o de estabelecer implicações sobre os valores, sentimentos, as intenções e a ideologia das fontes ou dos autores dos documentos. Nessa perspectiva realizamos uma consulta e estudo sobre as Matrizes Curriculares e Ementas das disciplinas disponíveis nos Projetos Pedagógico dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas da Grande Florianópolis; sendo elas: UFSC, UDESC e USJ, para investigar de que forma a temática Educação Ambiental é configurada, já que a natureza deste documento guia a maneira em que são organizadas as práticas pedagógicas dos cursos.

No que tange ao processo de levantamento bibliográfico sobre essa temática deparei-me com pesquisas similares à minha pesquisa, entretanto todas diferenciaram-se no quesito objetivos específicos. O que trouxe a certeza de estar desenvolvendo um trabalho cujo objetivos são diferenciados e a temática pertinente. Em relação à primeira pesquisa bibliográfica realizada, no dia 05 de setembro de 2019, refere-se a Dissertações e Teses pesquisadas no banco de dados do Google Acadêmico. Determinamos que o tempo cronológico fosse de 2009 a 2019 e utilizamos as Palavras-Chave “Educação

Ambiental formação professores Pedagogia” para encontrar trabalhos que tivessem objetos de pesquisa relacionados às questões da temática da EA nos cursos de Pedagogia. Uma vez identificadas as pesquisas com temática igual à desse TCC, priorizamos analisar dentro de alguns critérios mínimos: títulos, resumos e sumários.

Quanto da análise das Dissertações, foram encontrados 386 materiais, ao analisar os títulos, foram selecionadas quatro que se associam de alguma maneira com a EA e formação de professores. Em seguida realizamos a leitura dos resumos, do objetivo geral e os específicos, posteriormente, foram selecionados os trabalhos que consideramos mais significativo para subsidiar a pesquisa. É importante assinalar que não foram encontradas Dissertações que travam diretamente da formação de professores nos cursos de Pedagogia relacionadas à temática da EA, o que aponta que pensar na EA nos cursos de Pedagogia é um assunto pouco tratado.

Quadro 1- Dissertações

TÍTULO	AUTOR	ANO
A Perspectiva Participativa para a Inserção da Educação Ambiental Crítica em escolas da Baixada Fluminense	Aline Oliveira	2012
A Educação Ambiental e o novo Padrão de sociabilidade do Capital: Um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ)	Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa	2010
Educação Ambiental: Um estudo de caso na escola Municipal de Ensino Fundamental Jorge Bif, de Siderópolis, SC	Miriam da Conceição Martins	2009
A Avaliação de Ações de Educação Ambiental: um estudo exploratório no âmbito da gestão pública sob uma perspectiva crítica	Luiza Maria Abreu de Mattos	2009

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No que se diz respeito às Dissertações pesquisadas, o trabalho intitulado “*A Perspectiva Participativa para a Inserção da Educação Ambiental Crítica em escolas da Baixada Fluminense*” aborda a importância da participação e da formação para a cidadania em sintonia com a EA Crítica, como instrumento de mudanças da sociedade. Para isso, foram investigadas as concepções de EA, participação e cidadania de dois grupos de educandos da Baixada Fluminense. Para Oliveira (2012) no sentido de que sejam formados educadores ambientais “[...] é fundamental romper com as perspectivas

participativas cooptadas e tornar as discussões sobre cidadania plena mais presentes nos processos formativos.”.

Em sua dissertação intitulada “*Educação Ambiental: Um estudo de caso na escola Municipal de Ensino Fundamental Jorge Bif, de Siderópolis, SC*” Martins (2009) traz o fato de que a EA nas escolas é incorporada de maneira superficial e isolada, longe de uma educação que seja transformadora e crítica. Isso se concluiu a partir dos resultados de sua pesquisa, em que mostram que as dificuldades referentes às diferentes formas de compreender a EA por parte dos professores, se relacionam com o fato da temática ser pouco incorporada nos processos de formação. Para a autora, a EA deve ser inserida nos currículos das escolas, a fim de contribuir para uma educação de qualidade, oportunizando a ruptura do atual modelo de educação encontrado nas escolas. Entende que a EA:

A EA fomenta e resgata as dimensões que foram sendo sufocadas e esquecidas pela educação tradicional e, no movimento de recuperação e recontextualização dessas dimensões, alinha a educação escolar em um cenário de crise socioambiental, juntando-se assim o processo que busca repensar a relação entre os indivíduos e desses com a natureza e a sociedade (MARTINS, 2009, p. 80).

Neste mesmo caminho, compreendendo que a EA possui a capacidade de auxiliar na promoção da transformação das relações sociedade e natureza atualmente estabelecida, Mattos em sua dissertação “*A Avaliação de Ações de Educação Ambiental: um estudo exploratório no âmbito da gestão pública sob uma perspectiva crítica*” investiga a avaliação de projetos no campo da EA no contexto da gestão pública, compreendendo o poder que o Estado possui de contestar formas de apropriação dos recursos naturais dominados pelos interesses privados, em prol da justiça social, preservando de que (Brasil, 1988) todos tenham direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. É concluída a imediata necessidade de que haja um processo avaliativo que tenha como objetivo avaliar não apenas a execução dos projetos, mas também as transformações socioambientais causadas por ele.

Nas dissertações analisadas, percebeu-se a relação entre o descaso do poder público em administrar o cenário vigente por meio da EA, e as dominações dos usos de recursos naturais por meio de iniciativas privadas. Lamosa (2010) em “*A Avaliação de Ações de Educação Ambiental: um estudo exploratório no âmbito da gestão pública sob*

uma perspectiva crítica” analisa a formação de uma nova sociabilidade criada pela classe empresarial do país, por meio do domínio dos campos de educação. Em seu estudo de caso realizado em uma escola da rede municipal de Teresópolis (RJ), afirmou:

A inserção da EA nas escolas está, muitas vezes, ligada as necessidades de alguns setores do empresariado que passaram a atuar no espaço escolar, através de projetos associados à política de responsabilidade social, num contexto de reorganização do padrão de sociabilidade do capital (LAMOSA, 2010, p. 08).

Nas questões fundamentais da escola, como currículo, carga horária docente, formação inicial e continuada de professores, a necessidade de serem contempladas pelas políticas públicas a fim de que seja haja resultados positivos em relação à implantação da EA no contexto escolar.

No que diz respeito às Teses consultadas no banco do Google Acadêmico, foram encontrados 162 resultados. Dentre esses, apenas uma pesquisa aponta o título que se relaciona de alguma maneira com o tema deste Trabalho de Conclusão de curso. É pertinente mencionar que identificamos um pequeno número de trabalhos com a temática em questão. O que podemos sinalizar é que a indiferença com temáticas que tratem do meio ambiente nos cursos de formação de professores são evidenciadas quando encontramos o pequeno número de materiais que se comunicam de alguma maneira com a EA.

Quadro 2- Tese

TÍTULO	AUTOR	ANO
Educação Ambiental: um estudo sobre a ambientalização do cotidiano escolar	Júlia Teixeira Machado	2014

Fonte: Elaborado pela autora.

Em sua tese intitulada *“Educação Ambiental: um estudo sobre a ambientalização do cotidiano escolar”* Machado (2014) pretende promover a produção de conhecimentos que visem à constituição e promoção de estratégias de políticas públicas voltadas à inclusão afetiva da EA no ensino formal, compreendendo a necessidade de criar indicadores avaliativos para amparar o processo da temática no cotidiano escolar. A pesquisa se da a partir da compreensão de que a escola deve ir além da transmissão de conteúdos, e sim que os processos de ensino-aprendizagem permitam

a contextualização e a (re) construção dos saberes, permitindo que o mundo seja interpretado:

A EA busca promover processos educadores participativos, realizados por meio de encontros acolhedores, do diálogo e da potência de agir individual e coletiva, problematizando as sociedades contemporâneas em seus significativos impactos socioambientais relacionados com o modo de produção e consumo vigente pela sociedade mundial, por fim, interpretando a crise ambiental (MACHADO, 2014, p. 28).

Nessa perspectiva Machado (2014) assinala que a EA tem o poder de auxiliar os espaços de educação formal, os tornando escolas sustentáveis, a se reinventarem através da dimensão ambiental, em todos os processos de organização escolar, promovendo um novo modo de vida.

Yi-Fu Tuan fundamenta o discurso utilizado por nós ao defender a necessidade de uma formação para um processo de ensinar numa perspectiva de atitudes e valores envolvidos nas relações com o meio ambiente que resultariam numa percepção globalizada e sensibilizada para tal questão:

Os temas a serem aqui abordados – percepção, atitudes e valores – preparamos, primeiramente, a compreender nós mesmos. Sem a auto compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. E os problemas humanos, quer sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos (TUAN, 1980, p. 01).

Formar indivíduos conscientes em relação aos problemas socioambientais a partir da inserção da temática da EA nos processos formativos em todos os níveis de ensino possibilita a formação de uma consciência ecológica gerando o desenvolvimento de novos valores a partir do sentimento de pertencimento, participação e responsabilidade, que possibilitam mudanças de atitudes, isso é alcançável a partir da sensibilização para mudanças de hábitos e pensamentos, não apenas no exercício da cidadania, mas também o âmbito individual.

Neste TCC também nos valem de alguns documentos governamentais no âmbito da educação com a finalidade de trazer mais elementos para o debate e reflexão em torno da temática anunciada. Foram examinadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o

Plano Nacional de Educação (PNE), o Parâmetro Curricular Nacional (PCN), As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e ainda a Lei número 9.795, de 27 de abril de 1999 da Constituição Federal de 1988. Também como referencial teórico, as apostilas utilizadas durante o curso de Fundamentos e Práticas de Educação Ambiental para espaços educadores³.

Em suma este trabalho propõe trazer uma análise a cerca de como a Educação Ambiental é efetuada nos cursos de Pedagogia das Instituições já citadas, buscando dialogar com informações apuradas a fim de produzir reflexões essenciais a cerca da importância desta temática na formação acadêmica do professor, compreendendo a educação como ferramenta essencial para a superação dos problemas socioambientais enfrentados.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ALGUNS ELEMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS PARA REFLEXÃO

É necessário transitar o processo histórico da tomada de consciência em relação às questões ambientais por meio da sociedade nos últimos tempos, para se compreender o surgimento e desenvolvimento da Educação Ambiental (EA). Pode-se considerar que as discussões realizadas a respeito da temática, se iniciaram entre os anos de 1960 e 1970.

Após a Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir da década de 60, intensificou-se a percepção de a humanidade caminhar aceleradamente para o esgotamento ou a inviabilização de recursos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Assim sendo, algo deveria ser feito para alterar as formas de ocupação do planeta estabelecidas pela cultura dominante. Esse tipo de constatação gerou o movimento em defesa do ambiente, que luta para diminuir o acelerado ritmo de destruição dos recursos naturais ainda existentes e busca alternativas que conciliem, na prática, a conservação da natureza com a qualidade de vida das populações que dependem dessa natureza (BRASIL, 1997, p. 176).

Em 1968 nasce o Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido. Neste mesmo ano, surge o Clube de Roma que em 1972, que produz o relatório “Os Limites

³Curso a distância, realizado no período de 12 de Abril a 12 de Julho de 2018, com carga horária de 60 horas, oferecido pelo Ministério do Meio Ambiente.

do Crescimento Econômico”⁴. Considera-se o marco global em relação aos processos para a criação de uma nova consciência sobre o valor da natureza, em 1977. Na Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tsibilisi (EUA), organizada a partir de uma parceria entre a UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU – PNUMA, nela, foram estabelecidos documentos que carregam normas, princípios e recomendações para promover a Educação Ambiental (EA) como uma resposta aos impactos do “progresso” moderno.

Dez anos depois, em 1987⁵, acontece o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio-ambiente, em Moscou, Rússia, promovido pela UNESCO, nele, é organizado um documento onde se evidencia a importância da formação de recursos humanos nas áreas formais e não formais da EA e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis.

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil dedicou Art. 225 ao Meio Ambiente, em que diz que o “meio ambiente ecologicamente equilibrado” é um direito dos brasileiros e um “bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida”. Esse artigo atribui ao “Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” e para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público a promoção da Educação Ambiental. Ou seja, contemplar e viver de espaços naturais e culturais é direito do brasileiro.

Nessa perspectiva, a Portaria 678/91 do Ministério da Educação (MEC), em 1991, determinou que a educação escolar devesse contemplar a Educação Ambiental permeando todo o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino. Em 1992, criou-se a Carta Brasileira para a Educação Ambiental⁶, na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, RIO -92. O MEC organizou um workshop com o objetivo de socializar os resultados das experiências nacionais e internacionais de EA, debater metodologias e currículos.

⁴Pensou ações para se obter no mundo um equilíbrio global como a redução do consumo tendo em vista determinadas prioridades sociais.

⁵Outros eventos internacionais aconteceram durante este período, mas pode-se considerar que os apresentados formam as referências que ampararam os conceitos e princípios da Educação Ambiental até a presente data.

⁶Reconhecia a educação ambiental como importante meio para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência e melhoria da qualidade de vida humana no planeta.

Diante acontecimentos supracitados pode-se perceber que a questão ambiental se configurou como elemento constitutivo um conjunto de atores que transitam necessariamente pelo universo educativo, formando um movimento global com o mesmo objetivo, o de criar condições para que uma nova consciência sobre o valor da natureza seja formada.

Nesse interim, em solo brasileiro no ano de 1996, é decretada a Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nela se afirma que:

Na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural; que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

Por conseguinte, em 27 de abril de 1999 é instituída a lei de No 9.795⁷ que institui a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil (PNEA). Dialogando especificamente a respeito da EA, a PNEA pretende garantir que a temática, de maneira essencial e permanente, na educação do país, deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. (Art. 11, sessão II) “A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”. É esta questão que se pretende defender nesta pesquisa, a legitimidade de se promover reflexões a fim de formar um sujeito cidadão e futuro docente, preparado para atuar nos níveis de ensino básicos proporcionando experiências a seus estudantes para que estes desenvolvam a partir de atividades interpretativas de sensibilização de contato com a natureza e de compreensão em relação às contradições do atual modelo de civilização, uma consciência aos recursos naturais, refletindo sobre suas ações e em como elas influenciam o planeta.

A partir da lei No 9.795, podemos compreender que existem diversas possibilidades de trabalhos pedagógicos com relação à Educação Ambiental, entretanto a educação ambiental não deve ser reduzida, “ao desprezar suas dimensões políticas, éticas e culturais, ao aplicar metodologias disciplinares, não participativas e de baixa

⁷Regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002

criatividade ao propor respostas comportamentais e tecnológicas para problemas de maior complexidade” (LIMA, 2003, p. 110). Isto é, precisam-se criar possibilidades de refletir criticamente os modelos de educação que encontramos hoje, seus interesses e valores, o público preferencial, e claro, as forças que dominam este campo, para que então possamos conhecer e entender os diversos discursos de sustentabilidade existentes.

Então, podemos compreender que o PNEA inaugurou um novo olhar sobre o planejamento da educação no âmbito da educação básica e também no ensino superior, observando para o aspecto de que a Educação Ambiental não deve ser constituída como uma disciplina nos currículos, mas sim articular de forma interdisciplinar em todas as disciplinas, proporcionando experiências com a intenção de um sentimento de responsabilidade pelo mundo, que por sua vez deve ser articulado a partir de uma educação que propicie o sujeito à uma formação integral compreendendo o mundo e se relacionando com ele de forma crítica e sensível.

Ao seguir nesta perspectiva, a formação para autonomia do sujeito torna-se essencial no âmbito escolar, pois potencializa no processo formativo a condição básica para atuar positivamente na transformação do mundo com consciência, empatia e responsabilidade.

Entretanto, é necessário que novos valores sejam apresentados, entendendo que a EA possui uma dimensão de engajamento no sentimento de pertencimento e responsabilidade Æ com o planeta que habitamos.

Não se trata de ensinar de forma acrítica os conceitos da ciência da ecologia ou simplesmente reduzir a Educação Ambiental a uma visão esotérico-existencial. Essa dualidade constitui uma extrema simplificação. Trata-se então de desenvolver o processo educativo, contemplando tanto o conhecimento científico como os aspectos subjetivos da vida, que incluem as representações sociais, assim como o imaginário acerca da natureza e da relação do ser humano com ela. Isso significa trabalhar os vínculos de identidade com o entorno socioambiental. Só quando se inclui também a sensibilidade, a emoção, sentimentos e energias se obtêm mudanças significativas no comportamento (BRASIL, Ministério da Educação, 1997, p. 182).

Defrontamo-nos com uma perspectiva de EA com múltiplas possibilidades de conceitos e práticas. Então, afinal, quais conceitos definem a Educação Ambiental? São vastas na literatura as definições para a Educação Ambiental, já que é existente uma

grande diversidade de contextos socioambientais, e diferentes formas da sociedade atuar na sua relação com a natureza. Para Carvalho (2004, p. 16) o conceito de Educação Ambiental fala por si próprio, se trata do atributo “ambiental” aplicado ao substantivo “educação”. Seguindo nesse prisma, a educação tem no âmbito global e na especificidade da Educação Ambiental, uma função social a cumprir, que por sua vez se dá e se configura além dos espaços escolares e universitários.

Discutir a função social da Educação Ambiental merece aprofundamento e reflexão sob diversas óticas (sociais, históricas, ambientais, políticas, etc), mas aqui vamos nos ater a compreender como os processos educativos podem contribuir para o sujeito entender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais especialmente se reconhecendo como parte integrante nesse processo. Esses elementos constitutivos nos processos educativos vão ao encontro de uma formação para uma educação ambiental crítica no sentido amplo desta metodologia que busca provocar o pensamento reflexivo e atitudinal diante dos problemas ambientais detectados. Nesse sentido, é importante assinalar que a:

A Educação Ambiental Crítica objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo, em que nesse exercício, estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos (GUIMARÃES, 2004, p. 30).

Esse entendimento de Educação Ambiental crítica, é fundamental para uma nova cultura com relação ao uso dos recursos naturais, é fundamental também para compreendermos o impacto das escolhas de consumo que fazemos e das ações que praticamos como um processo que vivemos ao longo de toda a vida, a todo o momento, em todos os espaços, sejam eles de relações de poder (políticos, ambientais, dentre outros) ou nas ações cooperativas sociais.

Portando, o objetivo da Educação Ambiental seguindo a perspectiva crítica, é de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, fortalecendo a formação de um indivíduo com consciência ecológica, e a estar em condições de se compreender como sujeito autônomo em uma sociedade democrática, ou seja, dispor dos recursos necessários, para desenvolver uma consciência crítica sobre a realidade em que se está

imerso, para então tomar decisões conscientes sobre a sua própria vida, contribuindo na transformação do mundo com consciência e responsabilidade.

2.1 A importância da Educação Ambiental no Currículo Escolar

Este texto tem como objetivo suscitar reflexões acerca da dimensão em que a Educação Ambiental é estabelecida nos currículos escolares para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ao passo que entendemos que se esta temática aparece na matriz curricular da Educação básica quer estabelecer e garantir durante o percurso escolar esse conteúdo e aprendizado. A partir dessa demanda nasce a relação intrínseca com a necessidade de formação dos futuros professores vislumbrando uma matriz acadêmica que também atenda às demandas do currículo escolar, futuro campo de trabalho.

Visamos na educação à possibilidade de recriar a forma de se relacionar com o mundo, o convívio entre as pessoas e com as outras formas de vida do Planeta. Com isso, entendemos como responsabilidade do professor proporcionar experiências relacionadas à temática da EA, com a intenção de desenvolver nas crianças um sentimento de responsabilidade pelo planeta, este que deve ser desenvolvido a partir de uma educação que compreende o mundo e se relaciona com ele de forma crítica e sensitiva, que tenha como objetivo incentivar a autonomia do sujeito, já que somente a partir dela será efetuada a condição básica para contribuir na transformação do modo de vida levado pela sociedade contemporânea com consciência, empatia e responsabilidade.

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de procedimentos (BRASIL, 1997, p. 187).

O ser professor infere na responsabilidade de promover um aprendizado que seja significativo, conectado à realidade das crianças, estabelecendo ligação entre o que se aprende e a realidade cotidiana. Paulo Freire (2015, p. 47) ao afirmar que “Ensinar não é

transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” mostra seu entendimento de que o aluno é sujeito ativo de sua aprendizagem e não objeto passivo de um ensino que tem como objetivo apenas transferir conhecimentos prontos. Para isso, a EA deve ser desenvolvida de uma maneira contextualizada com a vida dos estudantes, o espaço da escola, onde a partir da interação, no processo de reinterpretação das informações, é dada a oportunidade de gerar um aprendizado social, consequentemente, o espaço deve estar de acordo com as condições para que sejam assimilados os significados desejados. Dessa maneira entendemos que a temática da EA deve ocorrer desta forma, efetivando a possibilidade de que os estudantes tenham a oportunidade de utilizar o que é assimilado, e coloquem em prática, tanto no espaço escolar, como na comunidade, em seu papel como sujeito social.

A urbanização e a industrialização intensas nos levaram a um novo estilo de vida que nos afasta da nossa relação com o meio natural, vemos constantemente os espaços verdes sendo substituídos pelo concreto, resultando no afastamento do contato das crianças com os elementos do ambiente natural. Esta distancia criada entre o convívio com ambientes naturais e a infância, pode resultar em uma incompreensão por parte das novas gerações causam ao planeta, especialmente aos ambientes naturais. É necessário que sejam dadas oportunidades às crianças conhecerem o meio que vivem, compreendendo suas alterações.

Em todas as etapas do seu desenvolvimento da criança é importante enfatizar a sensibilização com a percepção, interação, cuidado e respeito delas para com o ambiente natural e a cultura, destacando a diversidade dessa relação, educá-las para se preocuparem com o meio ambiente natural e se sentirem responsáveis pelo planeta Terra. Dando a oportunidade para que estes sujeitos possam observar e refletir criticamente as sociedades e como elas se relacionam entre si e com as outras formas de vida do Planeta. Por isso é tão importante estabelecer com a criança estudos que a levem a compreender o meio ao qual estão integradas. Nessa perspectiva Ferretti (2018, p. 132) esclarece que o ‘Estudo do Meio’ se bem abordado “[...] poderá levar o estudante a questionar o mundo e instrumentalizar-se para agir diante das contradições do real transformando seu meio”, este como método interdisciplinar, ou seja, abordando o mesmo tema em diferentes disciplinas, é capaz de proporcionar o contato direto e

orientado com o espaço que se pretende estudar, tornando-se uma ferramenta a fim de estabelecer um diálogo com o mundo.

Uma outra forma de compreendermos essa perspectiva é o entendimento de Topofilia e sua relação com a formação em Educação ambiental. Tuan (1980) define o termo Topofilia a fim de auxiliar a análise em relação aos sentimentos e sensações que o ser humano tem em relação a um determinado lugar: “O elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p.19). Utilizamos deste conceito para compreender os motivos que podem levar o estudante a desenvolver atitudes de afetividade ou rejeição ao lugar, refletindo na percepção ambiental. A partir das constatações de Tuan (1980) compreende-se que quando as crianças desenvolvem o sentimento de pertencimento a um espaço em que ela vive, a afetividade passa a ser construída, e é a partir desta afetividade que podemos oportunizar o desenvolvimento do desejo de cuidar deste espaço e as microrelações estabelecidas com o lugar em que se vive.

Dialogar com conceitos de espaço e lugar na educação das crianças é essencial para efetivar o que mencionamos anteriormente. Ter a oportunidade de conhecer e reconhecer o espaço que se vive, seja cidade, bairro ou escola, é oportunizar o desenvolvimento deste sentimento de pertença ao lugar. O que pode contribuir para a formação de consciência ambiental sobre o espaço que habita. Com isso, apresentando atitudes de respeito e de defesa com o meio ambiente exigindo mudanças quando necessárias Tornando-se assim, sujeitos que pensam e atuam de forma crítica a fim de dedicar-se a reorganizar a sociedade em que vivem por um bem maior: a preservação ambiental do planeta.

Cabe neste momento apresentar a BNCC, esta que é um documento governamental desenvolvido a fim de regulamentar quais aprendizagens são consideradas essenciais no processo de formação das crianças na Educação Básica. Ela é referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para o ensino infantil e ensino fundamental, as duas etapas de ensino referenciadas neste capítulo.

Em relação à temática da EA neste documento oficial, nos campos de experiência da Educação Infantil, no tópico nomeado como “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” podemos encontrar a seguinte declaração ao se

tratar da interação com o meio ambiente e com fenômenos naturais ou artificiais, demonstrando curiosidade e cuidado com relação a eles:

Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano (BRASIL, 2019, p. 43).

Como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças pequenas, introduzidas na Educação Infantil, no que tange a temática da EA é previsto segundo a BNCC que se oportunizem experiências a partir da observação, do relato e do contato com o meio ambiente natural a fim de serem estabelecidas relações de afetividade delas com este meio.

Ao se tratar dos iniciais do Ensino Fundamental a BNCC se organiza em cinco áreas do conhecimento, preservando as especificidades de cada componente curricular. Cada área do conhecimento determina competências específicas da área, que definem como as competências gerais se expressam em cada uma. Pode-se perceber a atenção quanto ao desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos estudantes a partir de suas percepções de mundo. É este pensamento que possibilita que eles se desenvolvam buscando sempre ações conscientes e transformadoras.

O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza (BRASIL, 2019, p. 58).

No que se refere à temática pesquisada neste trabalho, pode-se encontrar referências a ela em algumas áreas de conhecimento dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em suas competências específicas, como na Matemática:

7- Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2019, p.267).

Na área de Ciências da Natureza pode-se encontrar a temática referenciada em três competências específicas, sendo elas:

4- Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.

5- Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

8- Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2019, p.324).

Ainda, referente à menção da temática nas áreas de conhecimento dos Anos Iniciais, encontra-se indicado na área de Ciências Humanas:

6- Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2019, p.357).

Sobretudo, se destaca o cuidado em estimular através das experiências planejadas em cada área o pensamento crítico e reflexivo, discutindo questões no que tangem a urgências sociais, econômicas, culturais e éticas, a partir delas se possibilita a construção de argumentos com bases teóricas estudadas.

O ensino de Geografia e História, ao estimular os alunos a desenvolver uma melhor compreensão do mundo, não só favorece o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo, como também os torna aptos a uma intervenção mais responsável no mundo em que vivem (BRASIL, 2019, p. 352).

Ainda na área de Ciências Humanas, a BNCC expõe a necessidade dos estudantes compreenderem as relações geradas pela sociedade com o Planeta e quais suas consequências:

É importante também que os alunos percebam as relações com o ambiente e a ação dos seres humanos com o mundo que os cerca, refletindo sobre os significados dessas relações (BRASIL, 2019, p. 355).

Como atores sociais, temos a responsabilidade de desenvolver uma consciência sustentável, desenvolver reflexões críticas sobre os problemas ambientais atuais, e como a sociedade tem se relacionado nas questões culturais, sociais e econômicas, compreendendo que as necessidades criadas pelo sistema vigente para a geração atual não deve comprometer as necessidades efetivas das futuras gerações.

Existe, portanto, a necessidade de incrementar os meios de informação e o acesso a eles, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental. Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental (JACOBI, PEDRO, 2003 p. 192).

Consta no Artigo 255 da Constituição Federal (1988) que é direito de todo cidadão viver em um ambiente saudável, onde possa respirar ar puro e beber água potável, e que cabe ao poder público e ao povo defendê-lo e preservá-lo, isto é, poder contemplar e viver de espaços naturais e culturais é nosso direito, por isso, dialogar e refletir em torno de questões que cercam a temática da EA na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, é necessário para efetiva-los.

Para as crianças, as ações são desencadeadas por sentimentos e conhecimento, por isso é de tamanha importância que durante o percurso escolar, disponham vivências de experiências do contato direto com o meio ambiente natural. Este contato auxilia no desenvolvimento da relação afetiva criada entre indivíduo e o meio ambiente natural, surgindo como consequência admiração e o respeito pelo planeta e todas suas formas de vida, oportunizando o despertar de uma melhor compreensão sobre este meio, sensibilizando para a compreensão dos problemas socioambientais, preparando os estudantes para participar na sociedade de uma maneira adapta aos preceitos da sustentabilidade.

2.2 A importância de estudos em Educação Ambiental na formação de professores

Compreendendo a formação inicial de professores que atuarão na Educação Básica, especificamente formados nos cursos de Pedagogia, como uma formação na perspectiva humana e política, considera-se que esta formação deve ter o compromisso em buscar durante seu processo educativo a inserção de novos valores, comportamentos e percepções, incorporando de maneira transversal e interdisciplinar os conceitos da EA, a fim de relacionar esse processo formativo aos problemas socioambientais enfrentados pela população mundial atualmente. Desta maneira é possível fortalecer o desenvolvimento de uma reflexão crítica e participativa em relação a assuntos associado a estes problemas enfrentados. Em suas Competências Gerais, a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica traz:

Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (BRASIL, Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, 2019, p.15).

É preciso que a capacitação do docente formador do estudante crítico da Educação Básica, possua questões que fortaleçam posturas de leitura de mundo, no sentido desta pesquisa, das relações criadas entre homem e o meio ambiente natural, possibilitando avanços sobre a amplitude referentes ao assunto. Para que a EA seja efetivada nas escolas, de maneira interdisciplinar e visando o pensamento crítico a fim de desenvolver nos estudantes o sentimento de pertencimento e responsabilidade pela natureza, relacionando-se com o seu cotidiano, a fim de também compreender o os processos hegemônicos, reconhecendo a relação dos problemas ambientais com as desigualdades de classes existentes, por fim compreendendo o modelo social vigente e suas consequências. Endente-se ser necessário que a formação de professores contemple esta temática, por motivos éticos e sociais, a fim de que a EA não seja apresentada de maneira fragilizada nas práticas dos professores. Isto é, práticas generalizadas que não fazem sentido para os estudantes, reduzidas e simplificadas, mostrando-se pouco efetivas para objetivar o processo de transformação de consciência ambiental:

A Educação Ambiental baseada no pensamento crítico possui como marca principal o entendimento de que esta, por se tratar de uma prática social, necessita vincular os processos ecológicos aos sociais na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade de existir na natureza (LOUREIRO, 2007, apud MATTOS, 2009, p. 38).

A EA possui uma dimensão de engajamento no sentimento de pertencimento ao mundo, mas também possui legitimação jurídica, de modo que ela seja trabalhada nos cursos de Licenciatura e Pedagogia, como exigida pela Constituição Federal segundo a Lei de Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. (Art. 11, sessão II) “A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”. A partir disto, a fim de que seja garantido na educação básica o direito de compreender os processos que relacionam o meio ambiente e o modelo social vigente, é necessária a efetivação da temática EA no processo de formação de professores de maneira articulada com os conteúdos.

A fim de que sejam promovidos contextos onde os estudantes da educação básica estruturem suas ideias de forma crítica, resolvendo problemas, analisando seus próprios atos em relação aos outros e a natureza, é necessária que a formação de professores ofereça condições para que estes futuros docentes construam uma leitura crítica do mundo, problematizando sua própria realidade e as formas como a educação para a sustentabilidade vêm sendo desenvolvida e apresentada. Nesse sentido, Oliveira (2012) destaca a importância do papel da universidade, para desenvolver os processos de transformação do conhecimento e de mudanças sociais, a partir de um movimento contra-hegemônico. Compreendemos o ato de educar como ato político, já que ele visa a formação humana para a cidadania, ou seja, a reflexão crítica, durante a formação de professores, capacita o rompimento de práticas vistas de forma generalizadas e tradicionais, objetivando a construção de um ambiente educativo de conscientização e transformação.

Para Machado (2014, p. 60) “a temática ambiental ainda é incorporada pelas escolas de maneira fragmentada, superficial e descontínua”. Se não houver diálogo com os fundamentos teóricos da Educação Ambiental na formação de professores iremos nos deparar com uma lacuna relacionada a esta temática na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Fundamental, causando uma restrição na forma como o tema é abordado, sem

ser levada em prática a formação de uma nova consciência para superar a crise ambiental que vivemos hoje, atuando na realidade de forma comprometida com o bem-estar de toda sociedade global.

O professor que possui uma trajetória de formação inicial que dispõe a oportunidade através da organização do PP e da Matriz Curricular do curso o objetivo de desenvolver debates e questões a cerca da temática EA, a fim de que seja compreendido que um educador deve-se preocupar em exercer seu papel em uma perspectiva de contribuir para a construção de uma sociedade sustentável. Que as ações pensadas por um professor devem gerar a autonomia e a visão crítica da realidade, desta maneira, será construída de forma dialogada e com significado, a educação como uma ferramenta para a transformação do mundo. O processo de formação de professores de forma geral deve promover a aproximação com o futuro campo de trabalho que é a escola. Essa aproximação e vivência contribuirá para o entendimento sobre as situações concretas e demandas da escola, dos estudantes e de sua profissão. Nessa perspectiva as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica traz no Art. 8º a seguinte proposição:

Os cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação deverão priorizar dentre outros aspectos [...] VII - reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa; VIII - compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e IX - decisões pedagógicas com base em evidências (BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, 2019, p. 05).

Também no mesmo documento em seu Art. 9º assinala que.

Deve-se garantir aos estudantes um ambiente organizacional que articule as ofertas de licenciaturas aos demais cursos e programas da formação docente, por meio da institucionalização de unidades integradas de formação de professores, para integrar os docentes da instituição formadora aos professores das redes de ensino, promovendo uma ponte orgânica entre a Educação Superior e a Educação Básica (BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, 2019, p. 06).

Sendo assim, a formação do futuro docente deve ser considerada a possibilidade de que durante o encadeamento de sua formação, o estudante de Licenciatura possua a possibilidade de expandir seus conhecimentos através do contato com os outros espaços de formação, aprimorando suas percepções através da prática estabelecida pelos espaços da Educação Básica.

Todavia não podemos considerar a escola como único agente educativo, que a responsabilidade de educar para novos valores e para uma nova consciência seja apenas dela, mas é seu papel proporcionar experiências para que os estudantes possam refletir sobre o meio em que vivem, e pôr em prática suas capacidades de atuação. Para isso, ela deve apresentar um local que possua coerência com o que ensina, pois de nada adianta ensinar valores e não possui-los, a comunidade escolar deve como um todo adotar posturas relacionadas aos questionamentos propostos pela EA, ou seja, pela produção e pelo consumo, assim como a estrutura escolar deve estar preparada para as intervenções consideradas necessárias.

Isso coloca o desafio de a escola não ser mais uma mera receptora das políticas públicas, mas, também, impulsionadora das mesmas, uma alimentando a outra, não mais em ações pontuais, e sim criando intervenções contínuas e sustentáveis, contribuindo para a autonomia e potencializando as comunidades escolares no enfrentamento de suas questões (MACHADO, 2014, p. 66).

É necessário que durante a formação de professores, estes sejam encorajados a não se tornarem apenas transmissores de conhecimentos, aceitando o sistema que predomina o individualismo, mas sim que incentivem a produção do conhecimento, para que os estudantes possam a partir dele ter uma efetiva participação política na sociedade, discutindo as dificuldades ambientais pelas intervenções humanas. Portanto, esperamos que os futuros e atuais docentes se tornem educadores comprometidos com a formação humana de maneira ética, que respeite os princípios de cidadania, dedicando-se a buscar maneiras de possibilitar o desenvolvimento crítico e ativo de seus estudantes, para uma sociedade justa e sustentável.

Para que estes objetivos sejam alcançados, é fundamental que os educadores estejam dispostos a aprender e permanecer aprendendo, visando uma tomada de consciência sobre a realidade em que estamos inseridos e como atuamos sobre ela.

3. A temática da Educação Ambiental representada na Matriz Curricular dos cursos de Pedagogia das instituições públicas da Grande Florianópolis

Para que a EA seja efetivada durante o percurso escolar na Educação Infantil e nos Anos iniciais do Fundamental, é preciso que durante a formação inicial dos professores a temática seja contemplada e dialogue de maneira transversal com as disciplinas oferecidas nos cursos de licenciatura, em Pedagogia.

Investigamos como a temática Educação Ambiental se configura nos cursos de Pedagogia das Instituições públicas da grande Florianópolis. Mapeamos três instituições, sendo elas: UDESC, UFSC E USJ. Estudamos dentro do texto dos Projetos Pedagógicos destes cursos suas respectivas Matrizes Curriculares encontradas no sítio eletrônico dessas instituições de ensino superior.

A fim de definir os princípios norteadores para a organização e funcionamento do curso de Pedagogia de todo país, são estruturadas pelo Ministério da Educação (MEC) as “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia”. Em relação à EA, em seu Art. 2, é sinalizado em seu inciso segundo que:

O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará: I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas; II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o **ambiental-ecológico**⁸, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural (BRASIL, 2006).

Deve ser compreendida a importância de se estabelecer relações com a temática EA e seus conceitos como a consciência ecológica, nos cursos de formação de pedagogas com o fim de firmar uma formação de professores para a educação básica que tenha como objetivo promover a educação para a cidadania.

Martins (2009) em sua dissertação identifica que as dificuldades na introdução da EA nas séries finais do ensino fundamental estão relacionadas a um déficit na formação inicial e continuadas dos professores, portanto traz em sua pesquisa a

⁸Grifo nosso.

necessidade de se rever os processos de formação de professores para que a atuação com a EA seja efetiva:

Os cursos de formação de professores/as poderiam investir uma estrutura curricular mais flexível, aberta e dinâmica, que facilitasse o tratamento da dimensão ambiental por meio de uma abordagem que envolvesse contextos diversos. A criação de disciplinas para responder à crescente demanda do saber ambiental, a exemplo de várias universidades, apresenta as barreiras e limites da lógica disciplinar (TRISTÃO, 2004, apud MARTINS, 2009, p. 76).

Compreendemos que desenvolver um diálogo entre os conceitos da EA de maneira interdisciplinar na formação de Pedagogos é dar a chance de conhecer novas possibilidades de estar no mundo, é entender que a Educação Ambiental pode estar em constante diálogo com a Educação Popular, sempre buscando uma análise crítica das contradições em nossas relações sociais.

A Matriz Curricular do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina indica suas disciplinas e suas respectivas ementas separadas por fase, créditos, carga horária e pré-requisitos. O curso é composto por oito fases, durante elas ocorrem as disciplinas de Aprofundamento, denominadas de Diversificação e Aprofundamento de Estudos I, II e III, que são constituídas de três disciplinas: Seminário I – Pesquisas Contemporâneas, Seminário II - Aprofundamento Temático e Seminário III - Práticas Pedagógicas. Na 6ª fase, há a opção por um dos Núcleos de Aprofundamento e não pelos Seminários isoladamente. Desse modo, ao optar por um dos Núcleos, o aluno ficará obrigado a cursar as três disciplinas oferecidas neste Núcleo.

Ao verificar os nomes das disciplinas oferecidas ou núcleos de aprofundamento nenhuma possui um nome que esteja diretamente relacionado com a temática da Educação Ambiental. Mas, num olhar mais apurado é possível contemplar de forma transversal a temática em todo o curso, oferecendo oportunidades de discutir as relações que contornam o estilo de vida vivido pela sociedade hoje, e quais seus efeitos. Compreender o vínculo do descaso com o meio ambiente com as exigências do mercado e do seu sistema regente, também são formas de interagir com a temática da Educação Ambiental, mas para isso é necessário que seja evidenciado suas relações.

A Matriz Curricular do curso de pedagogia do Centro Universitário de São José é composta por oito fases e quarenta e sete disciplinas obrigatórias. Não há outras disciplinas oferecidas de caráter optativas ou de aprofundamento em algum tema.

A forma que a EA é contemplada em sua Matriz Curricular é sintética. A partir dos nomes das disciplinas, não foi encontrado nenhuma que se relacione seu nome diretamente à temática da EA, todavia não podemos analisar a forma que se aborda a temática no curso apenas a partir das informações apresentadas em sua Matriz Curricular.

A Matriz curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina analisada entrou em vigor em 2009, conta com nove fases e cinquenta e duas disciplinas obrigatórias, sendo dois Núcleos de Aprofundamento de Estudos (NADE) e exigência de setenta e duas horas de disciplina optativa. Neste documento analisado não são apresentadas as ementas de todas as disciplinas, portanto, não é possível efetivar a maneira como a EA é incorporada no curso apenas pela análise das informações dadas na Matriz Curricular.

São apresentadas vinte e oito disciplinas optativas, nenhuma contempla a temática da Educação Ambiental em seu nome, ou nas ementas divulgadas. Durante os semestres são oferecidos diferentes Núcleos de Aprofundamento de Estudos, portanto, os que estão presentes na Matriz Curricular, não dispõem da temática da EA em seus Títulos e suas ementas, portanto deve-se concluir que existe a possibilidade de se relacionar transversalmente em diversas das disciplinas oferecidas, tanto nas obrigatórias como nas optativas e nos NADEs.

No Art. 10º do PNEA-Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 a Educação Ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. E em seu inciso 1º coloca que a Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. Entretanto, em seu Art. 11º é dito que “A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas” (BRASIL, 1999). Nessa perspectiva o Art. 16 do texto que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental, assinala que a inserção dos conhecimentos pertencentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares. **Parágrafo único.** Outras formas

de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos (BRASIL, 2012, p. 05).

Existe uma ampla variedade de maneira de se realizar a EA. Refletir sobre ela é importante para que seja desenvolvido o conhecimento em relação às práticas para uma Educação Ambiental. Contudo, não há instrução de conteúdos sobre a temática, o que se sugere é uma transversalidade de maneira interdisciplinar da temática nos cursos. Subsidiar futuros e atuais docentes através de uma formação inicial e continuada é a melhor solução para que estes se tornem educadores engajados na temática.

Diante desses elementos um questionamento emerge e deixamos em aberto para reflexão: a temática ainda é vista e trabalhada de forma sintetizada diante de toda problemática ambiental que enfrentamos?

4. Educação Ambiental nas ementas das disciplinas nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia: formação ausente?

A fase seguinte a fim de realizar a pesquisa em como são criadas as relações com a EA nos cursos de Pedagogia investigados deu-se a partir da análise das ementas das disciplinas oferecidas pelos cursos em seus recíprocos Projeto Pedagógico. Os documentos averiguados fazem parte essencial do exercício da docência em qualquer etapa de formação, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, com o objetivo de orientar o docente a planejar suas aulas durante o ano ou semestre, já que o PP instrui os objetivos do curso e também suas dimensões políticas, sociais e culturais.

(...) entendo-o como elemento que totaliza, em espaço micro, as relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas desenvolvidas na sociedade. Assim, o Projeto, explicitado ou não nas suas intencionalidades e fazeres, reflete na formação-ação, nas relações entre os sujeitos do processo acadêmicos e nas relações com o meio onde estão inseridos, como também nas ações desencadeadas por esses sujeitos, seja como confirmação dessas intencionalidades, negação ou uma absorção acrítica. Porém, sempre contribuindo com elementos para o delineamento de uma concepção de mundo (FAGUNDES, 2009, p. 42).

Consideramos etapa essencial da investigação a análise das informações contidas neste gênero documental para obter-se respostas a fim de compreender como a EA é contemplada na formação de Professores nos cursos de Pedagogia investigados, já que a partir de seu diagnóstico pode-se entender as intenções e os objetivos de cada disciplina.

Consideramos necessário aproveitar este espaço a fim de recordar que a temática da EA possui legitimidade legal fundamentada na Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999⁹. Ainda sobre sua juridicidade, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental, do Conselho Federal de Educação (Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012), o Art. 8º indica que a EA:

A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico. [...] Nos cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o aspecto metodológico da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico (BRASIL, 2012, p. 3).

O curso de Pedagogia da UDESC disponibiliza publicamente no sítio eletrônico o documento do Projeto Pedagógico, a fim de organizar suas disciplinas e ementas disponíveis, organizamos um quadro:

Quadro 3 - Disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da UDESC

DISCIPLINA	FASE OFERTADA
Antropologia e Educação	Fase 01
Pesquisa em Educação	Fase 01
História e Educação: da constituição da escola moderna à Primeira República	Fase 01
Educação e Infância	Fase 01
Filosofia e Educação: conceitos fundamentais	Fase 01
Produção Textual	Fase 01
Psicologia e Educação: relações históricas e epistemológicas	Fase 01
Filosofia e Educação: correntes de pensamento	Fase 02
Historia e Educação: da Escola Nova à redemocratização da sociedade brasileira	Fase 02

⁹Que dispõe sobre Educação Ambiental e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental em seu Art. 10º expõe que “a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (BRASIL, 1999).

Libras - Língua Brasileira de Sinais	Fase 02
Sociologia e Educação: fundamentos do pensamento sociológico	Fase 02
Fundamentos da Didática	Fase 02
Mídia e Educação	Fase 02
Políticas e Planejamento da Educação no Brasil	Fase 02
Sociologia e Educação: a constituição do campo	Fase 03
Psicologia e Educação: teorias de aprendizagem	Fase 03
Didática: organização do trabalho docente	Fase 03
Artes Visuais e Ensino	Fase 03
Currículo: questões conceituais	Fase 03
Estágio Curricular Supervisionado I	Fase 03
Organização e Gestão da Educação Infantil, Anos Iniciais e EJA	Fase 03
Currículo e Contemporaneidade	Fase 04
Alfabetização e Letramento: linguagens e textualidades	Fase 04
Estágio Curricular Supervisionado II	Fase 04
Educação Especial e Educação Inclusiva	Fase 04
Educação das relações étnicorraciais	Fase 04
Educação, gênero e sexualidade	Fase 04
Teatro e Ensino	Fase 04
Leitura e Literatura Infanto-juvenil	Fase 05
Estágio Curricular Supervisionado III	Fase 05
Alfabetização e Letramento: métodos de alfabetização	Fase 05
Educação e Juventude	Fase 05
História e Ensino	Fase 05
Trabalho, Conhecimento e Tecnologia	Fase 05
Língua Portuguesa e Ensino	Fase 05
Música e Ensino	Fase 06
Estágio Curricular Supervisionado IV	Fase 06
Diversificação e aprofundamento de Estudos: Seminário I – Pesquisas Contemporâneas	Fase 06
Planejamento e Avaliação na Educação Infantil	Fase 06
Ciências e Ensino	Fase 06
Geografia e Ensino	Fase 06
Matemática e Ensino	Fase 06
Trabalho de Conclusão de Curso: projeto	Fase 07
Diversificação e Aprofundamento de Estudos: Seminário II - Aprofundamento Temático	Fase 07
Estágio Curricular Supervisionado V	Fase 07
Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Fase 07
Produção e Revisão Textual	Fase 08
Trabalho de Conclusão de Curso	Fase 08
Diversificação e Aprofundamentos dos Estudos Seminário III – Práticas Pedagógicas	Fase 08

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia (2010).

A única disciplina que traz explicitamente a nomenclatura “Educação Ambiental” em sua ementa é a “Ciências e Ensino” oferecida na sexta fase do curso:

Caracterização do conhecimento científico. As diferentes concepções de ciências naturais e suas implicações para o ensino. Abordagem de conceitos básicos de física, química e biologia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. **Educação ambiental**¹⁰ e qualidade de vida. Proposta Curricular de Santa Catarina e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Ciências. Planejamento e avaliação. Produção de materiais didáticos para o ensino de ciências nos Anos Iniciais do EF. Relação com as demais áreas do conhecimento (UDESC, 2018).

Na mesma fase do curso, é oferecida a disciplina de Geografia e Ensino, mais uma vez é possível identificar a temática EA em sua ementa:

A Geografia escolar: histórico e concepções do ensino de geografia. Conceito de espaço, território, lugar, região e paisagem. A representação do espaço: noções espaciais e o processo de alfabetização cartográfica. As várias escalas de discussão espacial: regional, nacional, internacional. O lugar como possibilidade de análise espacial. **Meio ambiente, degradação ambiental e preservação**¹¹. O livro didático e as geografias possíveis: mapas, músicas, obras de arte, literatura e estudo do meio. Propostas e diretrizes curriculares. Produção de materiais didáticos. Relação com as demais áreas do conhecimento (UDESC, 2018).

Como já vimos, a temática estudada vai além da compreensão dos conceitos relacionados ao meio ambiente. A EA defendida neste trabalho é na perspectiva crítica, ou seja, que não se distancia das relações sociais compreendendo sua dimensão política:

(...) o que deve ser considerado prioritariamente na educação ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais, entre a humanidade e a natureza e as relações entre seres humanos, visando à superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente de todos (OLIVEIRA, 2012, p. 25, apud REIGOTA, 2009, p. 13).

Portanto, em disciplinas que abordam as relações sociais e políticas como conteúdo, possuem a possibilidade de serem voltadas a reflexões da dominação da natureza pelo homem, contemplando de maneira interdisciplinar a necessidade de relacionar o papel do professor também como educador ambiental.

O Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da UFSC também é disponibilizado de maneira pública em seu sítio eletrônico, mais uma vez para organizar

¹⁰Grifo nosso.

¹¹Grifo nosso.

as informações de quais disciplinas foram analisadas as ementas, construímos um quadro:

Quadro 4 - Disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da UFSC

DISCIPLINA	FASE OFERTADA
Educação e Infância I	Fase 01
Educação e Sociedade I	Fase 01
Filosofia da Educação I	Fase 01
Estado e Políticas Educacionais	Fase 01
Diferença, Estigma e Educação	Fase 01
Psicologia da Educação	Fase 01
Introdução à Pedagogia	Fase 01
Educação e infância II	Fase 02
Organização dos Processos Educativos I	Fase 02
Educação e Sociedade II	Fase 02
Filosofia da Educação II	Fase 02
História da Educação I	Fase 02
Arte, Imaginação e Educação	Fase 02
Educação e Trabalho	Fase 02
Educação e Infância III	Fase 03
Didática I: fundamentos da teoria pedagógica para o ensino	Fase 03
Teorias da Educação	Fase 03
Linguagem Escrita e Criança	Fase 03
História da Educação II	Fase 03
Aprendizagem e Desenvolvimento	Fase 03
Iniciação à Pesquisa	Fase 03
Educação e Infância IV: fundamentos da Educação Infantil	Fase 04
Organização dos Processos Educativos II	Fase 04
Alfabetização	Fase 04
Ciências, Infância e Ensino	Fase 04
Educação Matemática e Infância	Fase 04
Pesquisa em Educação I	Fase 04
Núcleo de Aprofundamento de Estudos – NADE I	Fase 04
Educação e Infância V: conhecimento, jogo, interação e linguagens	Fase 05
Organização dos Processos Educativos na Educação Infantil I	Fase 05
Literatura e Infância	Fase 05
Geografia, Infância e Ensino	Fase 05
História, Infância e Ensino	Fase 05
Fundamentos e metodologia da Matemática	Fase 05
Educação e Infância VI: conhecimento, jogo, interação e linguagens II	Fase 06
Organização dos Processos Educativos na Educação Infantil Políticas e Práticas Pedagógicas relacionadas à Educação Especial	Fase 06
Língua Portuguesa e Ensino	Fase 06
Infância e Educação do Corpo	Fase 06
Educação de Jovens e Adultos	Fase 06
Pesquisa em Educação II	Fase 06
Educação Infantil VII: estágio em Educação	Fase 07

Infantil	
Libras I	Fase 07
Educação e Comunicação	Fase 07
NADE II	Fase 07
Educação e Infância VIII: exercício da docência nos anos iniciais	Fase 08
Didática II: processos de ensino nos anos iniciais da escolarização	Fase 08
Organização dos Processos Coletivos do Trabalho Escolar	Fase 08
Pesquisa em Educação III: orientação ao TCC	Fase 08
Educação Especial: conceitos, concepções e sujeitos	Fase 09
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	Fase 09

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (2006).

Das ementas disponíveis para análise, na disciplina nomeada “Geografia, Infância e Ensino” oferecida na quinta fase, é possível identificar relações com a temática sondada, em sua ementa é levantada a maneira que se interage com o meio ambiente e o espaço.

As tendências do pensamento geográfico e os problemas do ensino da geografia descritiva e informativa. Princípios teórico-metodológicos do ensino de geografia nos anos iniciais. A construção da noção de espaço na criança e as relações sociais. **A interação com o meio-ambiente e o espaço de vivência**¹². Prática como Componente Curricular: exercícios de planejamento de ensino para os anos iniciais (UFSC, 2008).

A partir desta ementa, pode-se perceber uma atenção da disciplina com assuntos vinculados à conceitos da EA, já que proporcionar o contato direto com o espaço, criando vínculo e compreendendo ele como um lugar é, dentre outras, uma possibilidade de educar para uma Educação Ambiental, assimilando que os lugares são os referenciais que possibilitam o despertar a partir da percepção de sentidos em relação ao meio ambiente, conhecendo o espaço que se vive percebe-se elementos que geralmente não são vistos.

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 1980, p. 18).

¹²Grifo nosso.

Em relação às informações trazidas nas ementas analisadas da Matriz Curricular do curso de Pedagogia da UFSC, a disciplina de Geografia, Infância e Ensino, é a única que contempla conceitos relacionados diretamente à EA, entretanto, como já foi dito anteriormente, a temática se relaciona com conteúdos além do que se tem de senso comum. Contudo, se a intenção for a de abordar as relações do homem com o meio ambiente natural ao se tratar das relações sociais e políticas, acreditamos que se devem evidenciar nas discussões as possíveis relações criadas com a temática.

A seguir apresentamos a análise das ementas das disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da USJ.

Quadro 5 - Disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da USJ

DISCIPLINAS	FASE
História da Educação I	Fase 01
Filosofia da Educação I	Fase 01
Sociologia da Educação I	Fase 01
Educação e Infância	Fase 01
Leitura e Produção Textual I	Fase 01
Metodologia da Pesquisa I	Fase 01
História da Educação II	Fase 02
Filosofia da Educação II	Fase 02
Psicologia da Educação I	Fase 02
Sociologia da Educação II	Fase 02
Antropologia e Educação	Fase 02
Leitura e Produção Textual II	Fase 02
Educação e Tecnologias digitais	Fase 02
Psicologia da Educação II	Fase 03
Didática I	Fase 03
Educação e Estética Artes e Educação	Fase 03
Jogos e brincadeiras na Educação	Fase 03
Educação Inclusiva	Fase 03
Currículo da Educação Básica I (Educação Infantil)	Fase 03
Docência na Educação infantil (Zero a cinco)	Fase 04
Docência em Matemática	Fase 04
Didática II	Fase 04
Linguagem e Alfabetização I	Fase 04
Currículo e Educação Básica II- Ensino Fundamental	Fase 04
Literatura e Infância	Fase 05
Docência em História	Fase 05
Docência em Geografia	Fase 05
Linguagem e Alfabetização II	Fase 05
Educação e Estética: Música	Fase 05
Libras	Fase 05
Metodologia da Pesquisa II	Fase 05
Estágio Supervisionado - Pesquisa da Prática Pedagógica - Educação infantil	Fase 05
Educação e Aprendizagem de Jovens e Adultos	Fase 06
Educação, Mídias e Tecnologias	Fase 06

Docência em Ciências	Fase 06
Políticas Públicas e Educação	Fase 06
Educação e Espaços não Escolares	Fase 06
Estágio Supervisionado - Pesquisa da Prática Pedagógica - Anos Iniciais	Fase 06
EJA e a Organização Curricular	Fase 07
Educação Diversidade Relações Étnicoraciais	Fase 07
Organização e Gestão Escolar	Fase 07
Projeto de TCC	Fase 07
Corpo e Movimento	Fase 07
TCC	Fase 08
Produção e Revisão Textual	Fase 08
Tópicos Especiais	Fase 08
Gênero e sexualidade na Educação	Fase 08

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Pedagogia (2016).

Em seu Projeto Pedagógico, encontra-se uma informação não dada em sua Matriz Curricular, a existência de quatro Tópicos Especiais ofertados na oitava fase como disciplinas eletivas, nomeadas “*Educação de 0 a 3 anos*”, “*Tópicos Especiais*”, “*Educação Ambiental*” e “*Estratégias Pedagógicas para a Inclusão*”, todas possuem quatro créditos.

Ao analisar as ementas das disciplinas obrigatórias do curso de Pedagogia desta Instituição, encontramos uma que dialoga diretamente com a temática estudada intitulada “Docência em Ciências”:

O conhecimento científico como necessidade humana e social. O papel da consciência planetária sustentável na aprendizagem de ciências na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Política de Educação ambiental e qualidade de vida. Metodologias de ensino das ciências físicas e naturais (USJ, 2016).

Com base nesta ementa, podemos identificar uma compreensão acerca da temática da EA, trazendo o conceito de ‘consciência planetária sustentável’, compreendendo que esta deve estar inserida desde a Educação Infantil. Entende-se a partir deste conceito, uma preocupação em educar para uma cidadania que considera o entendimento da necessidade de refletir em um modo de vida que se atenta para as questões de relações criadas pela sociedade e o planeta.

De maneira não obrigatória e oferecida como disciplina eletiva para a oitava fase, junto com outras três possíveis escolhas, dispõe-se como tópico especial “Educação Ambiental”, em sua ementa podemos constatar a preocupação em abordar a temática abordada neste estudo:

Histórico, conceitos, princípios, objetivos, estratégias e perspectivas da educação ambiental formal e não formal. A abordagem socioambiental. Incorporação da dimensão ambiental nos currículos da educação básica: a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Globalização, meio ambiente e sustentabilidade. Legislação ambiental. Desenvolvimento sustentável. Prática docente, elaboração de materiais didáticos e projetos em educação ambiental (USJ, 2016).

O curso de Pedagogia da USJ disponibiliza a possibilidade do futuro docente se aprofundar na temática proporcionando uma disciplina específica em EA, de maneira não obrigatória, entretanto, essa é uma maneira de estimular o interesse dos alunos em formação a se relacionarem com a temática. Acreditamos que o futuro docente terá melhores condições de desenvolver assuntos relacionados à EA se eles forem incorporados ao currículo do curso, quer como disciplinas ou como conteúdo interdisciplinar, já que a partir do contato com os temas da EA tanto na teoria como na prática, possibilita-se a ampliação da formação crítica do futuro professor em relação aos temas que perpassam a área.

Compreender a Educação Ambiental como temática fundamental na formação de professores, é dar a necessária importância para a abertura do diálogo relacionado às atuais demandas sociais, políticas, econômicas e culturais ligadas à preservação do planeta, principalmente aos meios ambientes naturais.

Acreditamos em uma educação para além da sala de aula, uma educação para que os estudantes compreendam-se como sujeitos que atuam no mundo, onde seus hábitos reproduzem marcas na sociedade. Pensar em uma Educação Ambiental nas escolas é de necessidade coletiva, portando a formação de futuros professores precisa de espaço que contemple o contato e indagações com a EA, oportunizando uma leitura crítica do mundo, compreendendo suas mudanças e como podemos nos posicionar por elas.

5. Reflexão acerca das formas de representação da temática da Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos pela apresentação da Matriz Curricular e Ementas das disciplinas dos cursos de Pedagogia

Com base na análise apresentada podemos admitir que a Educação Ambiental durante o processo de formação de professores nos cursos de Pedagogia investigados ainda se encontra como uma temática em processo de consolidação, que apesar de existirem leis e documentos governamentais que legitimam a inserção da temática nos Currículos de Licenciatura podemos perceber que a atuação dela ainda apresentam fragilidades. Neste momento o que pretendemos desempenhar é o despertar de questões a cerca do tema pesquisado para que sejam encontradas maneiras de abordar o debate sobre os problemas ecológicos enfrentados pelo planeta hoje durante a formação inicial de professores nos cursos de Pedagogia.

A concepção que buscamos trazer neste trabalho foi de uma Educação Ambiental que encoraje o pensamento crítico, que a partir dele se compreenda a necessidade de se mudar os hábitos encontrados na sociedade hoje, que exija a reflexão a cerca do modo de vida que estamos levando, que enxergue as contradições impostas para a sociedade, num mundo onde as possibilidades de se pensar em sustentabilidade fica longe do poder do povo.

Sabemos que como docentes nunca nos sentiremos completamente preparados para atuar com todas as demandas encontradas na escola, que a formação é contínua, entretanto acreditamos que durante a formação inicial de professores, a temática da EA é atribuída de maneira frágil, a legislação encontrada não proporciona suporte suficiente para exigir que esta seja trabalhada do modo que acreditamos que deva ser.

Vemos a temática sendo trabalhada de maneira vulnerável em apenas algumas disciplinas como em Ciências Naturais ou Geografia, apenas em uma das Instituições observamos a possibilidade de se escolher aprofundar na temática durante a formação optando por realizar uma disciplina que trata especificamente dela, ainda não de forma obrigatória.

O que se percebeu foi uma relativa falta de significação da EA na formação de professores nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia estudados, não apenas por parte da construção das Matrizes Curriculares ou dos Projetos Políticos Pedagógicos, mas também das suas exigências legais. O que gostaríamos de evidenciar é a vulnerabilidade da temática para sua inserção na Educação Básica e na formação inicial de professores.

Relacionar a EA nos processos formativos, tanto no Ensino Superior nos cursos de Licenciatura como na Educação Básica, é assumir uma responsabilidade ética com a comunidade mundial, já que a partir dela desempenha-se a produção e reprodução de valores relacionados ao sentimento de pertencimento e cuidado com e para o planeta.

A educação deve desempenhar uma função capital, visando criar uma consciência e melhor compreensão dos problemas que afetam o meio ambiente. Essa educação estimula a formação de comportamentos positivos em relação ao meio ambiente e à utilização de seus recursos pelas nações (PORTELA; VIANA; LIMA apud UNESCO, 2013, p. 143).

Compreendendo a educação como processo de exercício de cidadania, é necessário que haja discussões e reflexões acerca dos temas ambientais que cercam a temática estudada neste trabalho, portanto elas devem estar incluídas nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e disciplinas, já que desta maneira, possibilita-se revisar os valores instituídos pela sociedade hoje, e também se atende às normas estabelecidas pela Política Nacional da Educação Ambiental em que em seu Art. 1º:

Estabelece o entendimento sobre a educação ambiental como “[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999)

Conscientizar os estudantes em relação aos problemas socioambientais e quais seus agentes, deve fazer parte do constante processo de formação na Educação Básica, através de reflexões acerca de questões que façam sentido e pertençam ao cotidiano da comunidade que esta envolvida na escola, é a partir do pensamento crítico e reflexivo que se fazem as associações necessárias para que sejam desenvolvidos os valores e princípios pretendidos pela temática da EA. Portanto, a formação inicial e continuada dos professores deve ser contemplada por essa temática, somente assim ela será concebida como parte essencial no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças em fase escolar.

Professores e alunos tornam-se os principais agentes de transformação e conservação do meio ambiente, pois é na escola onde mais se conversa sobre

esse assunto, e tenta melhorar as condições do planeta. Para que se crie uma filosofia conservacionista é necessária que se forme a consciência de que o ambiente não é propriedade individual, mas reconhecê-lo como um lugar de todos, por isso, torna – se necessário cuidar dos recursos que podem prejudicar a si mesmo e ao próximo, por exemplo, os bens públicos, feitos de materiais retirados da natureza, e o meio ambiente (MEDEIROS; MENDONÇA; SOUSA; OLIVEIRA, 2011, p.8).

Para que se efetuem os princípios da Educação Ambiental na Educação Básica é necessário que os documentos legais deem suporte suficiente como auxílio dos professores. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao utilizar a ferramenta de busca e pesquisar sobre a Educação Ambiental, encontra-se apenas um resultado, onde exige que esta e outras temáticas sejam trabalhadas de maneira contextualizadas:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), **educação ambiental**¹³(Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218) (...) (BRASIL, 2019, p. 19).

Outras questões que ficam para reflexão: como contextualizar a temática da EA na educação básica se a formação inicial de professores possui um suporte tão frágil em relação aos assuntos relacionados a ela? Mais uma vez devemos recordar que ao se tratar desta temática, dialogamos com questões políticas, sociais, econômicas e culturais, estas que dialogamos frequentemente nos cursos de Pedagogia, o que precisamos é retrata-las de maneira a nos recordar das relações criadas entre essas questões e a temática da Educação Ambiental.

Os processos políticos possuem o poder de definir ações de cidadania no contexto social, conseqüentemente, é necessário refletir, compreender e participar da movimentação, já que a ação política possui suas possibilidades de formar um mundo melhor.

6. CONCLUSÕES

¹³Grifo nosso.

Vimos a partir deste estudo que a sociedade atual se encontra em um momento de necessária reflexão a cerca dos problemas socioambientais enfrentados por ela, já que estes são reflexos do modelo de produção de um sistema que possui uma lógica individualista e consumista, onde a relação entre o ser humano e meio ambiente natural é antropocêntrica, portanto este sistema não demonstra interesse em superar a atual crise. Para que ela seja superada precisamos buscar atingir uma consciência sustentável por parte da sociedade, questionando de maneira crítica os moldes de sociedade disponíveis hoje.

Cabe à educação formar cidadãos que atuem de maneira responsável no mundo, para isso é necessário que se compreenda que os problemas ecológicos serão levados a sério apenas no momento em considerarem todos os determinantes e aspectos deste processo, portanto visamos como uma das responsabilidades do educador na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental oferecer oportunidades em que a Educação Ambiental percorra durante o processo de formação dos educandos abordando conceitos relativos a desenvolvimento econômico, sustentabilidade e participação social.

A Educação Ambiental baseada no pensamento crítico possui como marca principal o entendimento de que esta, por se tratar de uma prática social, necessita vincular os processos ecológicos aos sociais na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade e de existir na natureza (MATTOS, 2009, p.38 apud LOUREIRO, 2007).

Isto só será possível a partir do momento em que pretender-se desenvolver o pensamento crítico e reflexivo dentro da sala de aula.

À vista disto coube a este trabalho analisar como se constitui a temática da EA na formação de professores, com base na pesquisa realizada, pudemos constatar a vulnerabilidade da temática durante a formação inicial nos cursos examinados, já que a temática é limitada à apenas uma ou duas disciplinas. Em suas exigências legais vimos que ela deve ser abordada em todos os cursos de licenciatura e ser oferecida de maneira interdisciplinar e transversal: XX

Art. 8º A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e

modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, 2012, p. 03).

Com base na análise realizada percebe-se que ainda há caminho que se percorrer em relação à temática estudada nesta pesquisa. Acreditamos que a exigência legal existente para a Educação Ambiental durante o processo de formação de professores é carente e não garante que a temática seja trabalhada de maneira assídua assegurando todos os conceitos necessários para que seja desenvolvida uma consciência sustentável a fim de promover uma formação que reflita de maneira crítica sobre os modelos de vida oferecidos pelo sistema e as relações criadas entre o ser humano e o planeta.

A intertextualidade, percebida na análise das leis e outros dispositivos legais que orientam a prática pedagógica, nos revela que não estamos politicamente organizados, na perspectiva da educação ambiental, uma vez que se observa um distanciamento entre os termos e conceitos trazidos nos documentos que orientam a educação ambiental e as leis das políticas em educação. Esta constatação permitiu identificar uma pouca valoração e priorização das questões sobre educação ambiental, determinadas por uma Política Nacional de Educação Ambiental (ALMEIDA; PINHO, 2016, p.25).

No primeiro capítulo pudemos ver a necessidade de se importar com as urgências da crise socioambiental enfrentada pelo planeta e conseqüentemente pelas pessoas e outros seres vivos que vivem nele. Além da necessidade, observa-se um movimento de organizações mundiais a fim de encontrar soluções para os problemas enfrentados. A Educação é vista como uma das ferramentas mais eficazes para mudar a consciência atual da sociedade em relação ao meio ambiente natural, portanto, os educadores precisam de subsídios no processo de formação inicial e continuada a fim de desempenhar o papel de transformadores sociais. Só assim serão dadas as necessárias contribuições e estímulo à capacidade crítica dos cidadãos, os formando para se tornarem protagonistas das transformações individuais e coletivas do meio ambiente natural e também do meio social em que vivem.

No segundo capítulo evidenciou-se a importância de desenvolver a temática da EA durante o percurso escolar de crianças durante a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental a fim de desenvolver nelas, uma consciência ecológica que exerça a mudança de atitudes e valores sobre as relações com o meio ambiente natural. Porém, para que isto se concretize, é necessário que a temática se encontre no

percurso de formação de professores. E, no terceiro capítulo observou-se após análise sobre como a EA é representada na Matriz Curricular dos cursos de Pedagogia investigados, que a temática não possui visibilidade neste tipo de documento, entretanto, por ser uma temática que deve ser trabalhada de maneira interdisciplinar, sabe-se das possibilidades dela estar inserida de outra maneira na trajetória de formação inicial de pedagogos. O que se espera deste tipo de documento é que ele contribua estabelecendo o desenvolvimento da inserção de temas que fortaleçam a formação do educador crítico.

No quarto capítulo foram analisadas as ementas das disciplinas encontradas no PP dos cursos, já que elas destacam os pontos essenciais trabalhados nas disciplinas. No curso de Pedagogia da UDESC verificou-se que a temática é trabalhada em duas disciplinas “Ciências e Ensino” e “Geografia e Ensino”. No curso da UFSC a disciplina “Geografia, Infância e Ensino” é a única que da conta da temática em sua ementa. No curso da USJ a temática foi encontrada em duas disciplinas, sendo “Docência em Ciências” oferecida como disciplina obrigatória e como disciplina eletiva dispendo como tópico especial “Educação Ambiental” Após essa análise concluiu-se que a temática da EA encontra-se fragilizada no percurso de formação dos professores. O que se conclui a partir disto é que existem obstáculos sobre o entendimento da problemática ambiental e a interferência da educação sobre ela.

Quanto aos elementos formativos que dizem respeito à temática ambiental nos Projetos Pedagógicos verificamos que ainda há uma carência e ao passo que também vemos como um potencial para que os cursos desenvolvam ementas de disciplinas curriculares de graduação temáticas e conteúdos que dinamizem ainda mais no percurso formativo do professor(a) estudos que direcionem suas atitudes e planejamentos pedagógicos rumo à construção de novos valores e atitudes vinculadas ao tratamento do meio ambiente natural e social, especialmente aos valores associados à formação de cidadãos que atuem na defesa da vida do Planeta Terra.

As reflexões a partir dos resultados, obtidos no processo de pesquisa nos fez compreender que a temática por vezes acaba sendo reduzida, ou vinculada especialmente às disciplinas como Ciências Naturais e Geografia. Haja vista, que apenas um dos cursos analisados coloca a possibilidade de se estudar a temática em uma disciplina não obrigatória.

Vislumbrar esse debate sob a perspectiva de Educação Ambiental crítica, faz-nos acreditar que o processo de formação docente e de que a EA nos cursos de Pedagogia não deve ser reduzida a uma forma similar de treinamento e transmissão de conteúdos, objetivando apenas informar de maneira técnica sobre conteúdos inseridos na temática.

A educação deve criar mecanismos que estimulem atitudes baseadas em reflexões críticas. De fato, o processo formal de educação aglutinará o aprendizado sociocultural quando o fenômeno educativo não ficar restrito a escola, mas a um processo amplo de ensino (PORTELA; VIANA; LIMA, 2013, p. 147).

É a construção de um processo de reflexão acerca dos valores éticos e de reflexão crítica sobre os problemas socioambientais, só assim o educador terá capacidade de criar condições de superar a maneira hegemônica de pensar dominante na sociedade hoje.

Desejamos que os elementos trazidos nessa pesquisa traga a suscite debates acerca da temática da EA, seus princípios e conceitos na e para a formação de professores nos cursos de Pedagogia. E dessa forma levantem-se novas perguntas e novas formas de olhar para a educação, despertando o interesse pela EA nos diversos espaços de formação, conseqüentemente visando mudanças em relação à consciência sustentável no planeta.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA; PINHO. 2016. **A Intertextualidade Entre a Política de Educação Ambiental e as Políticas Públicas de Educação Básica**. 2016. disponível em: <file:///C:/Users/Julia/Downloads/3292-8670-1-SM.pdf>

BARROS, Albani. Crise Estrutural do Capital e a Destruição Ambiental. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, Aracaju**, V.1, N.3, p. 21-31, jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/viewFile/574/445>. Acesso em: 05/05/2018

BRASIL. Base Nacional Curricular Comum: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 24 de outubro de 2019.

BRASIL, 2006, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acesso em: 18/11/2019

BRASIL, 2012, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf Acesso em: 28/01/2020

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. Lei número 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial – Imprensa Nacional. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>

BRASIL. PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Educação Ambiental – Por um Brasil Sustentável**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Julia/Downloads/pronea4.pdf>

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia**. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

CARVALHO, I.C.M. **Educação Ambiental Crítica: Nomes e Endereçamentos da educação**, 2004. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao13012009093816.pdf#page=27

FERRETTI, Orlando. A escola que não tinha árvores. In: Aloysio Marthins de Araujo Junior, Orlando Ferreti. (Org.). **Temas e experiências em educação geográfica**. 1ed. Florianópolis: Edições do Bosque, 2018, v. 1, p, 115-146.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 50ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Heike. **Educação Verde, Crianças saudáveis: Ideias e práticas para incentivar o contato de meninos e meninas com a natureza**. São Paulo: Cultrix, 2013. 168 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. p. 103-112. (2).

GUIMARÃES, MAURO. **Educação Ambiental Crítica**. 2004. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao13012009093816.pdf#page=27

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003

LIMA, Gustavo. **O Discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação**. Ambiente e Sociedade. Campinas: Anppas/Annablume, 2003. p. 99-119.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **A Educação Ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ)**. Dissertação. Rio de Janeiro, 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Julia Teixeira. **Educação Ambiental: um estudo sobre a ambientalização do cotidiano escolar**. 245 f. - USP, Piracicaba, 2014.

MARTINS, Miriam da Conceição. **Educação Ambiental: um estudo de caso na escola municipal de ensino fundamental Jorge Bif, de Siderópolis, SC**. Dissertação. Criciúma, 2009.

MACIEL, Marly Lobato. **Educação Ambiental e Qualidade de Vida: uma análise sobre a prática pedagógica de docentes do ensino fundamental na cidade de Belém PA**. Dissertação. Belém, 2012.

MATTOS, Luiza Maria Abreu de. **A Avaliação de Ações de Educação Ambiental: um estudo exploratório no âmbito da gestão pública sob uma perspectiva crítica**. 210 f. UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

MEDEIROS; MENDONÇA; SOUSA; OLIVEIRA. **A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais**. FMB. 2011

OLIVEIRA, Aline. **A Perspectiva Participativa para a Inserção da Educação Ambiental Crítica em escolas da Baixada Fluminense**. 145 f. Dissertação. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2012.

PORTELA; VIANA; LIMA. **Educação Ambiental na Perspectiva do Lugar: Ensino Geográfico a Partir de Experiências Vivenciadas Pelos Discernentes do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. UFPI. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. Ed. 23. São Paulo: Cortez, 2007.

TUAN, YI-FU. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meioambiente**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA. **Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. 2018. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/3109/CURSO_DE_PEDAGOGIA_FAED_15319452_857537_3109.pdf Acesso em: 18/09/2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. 2010. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/175/ppp_pedagogia_2011_15683056_888236_175.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Matriz Curricular do Curso de Pedagogia**. 2009. Disponível em: <http://pedagogia.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Curr%C3%ADculo-CAGR.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Julia/Desktop/PPP%20UFSC.pdf>

CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. **Matriz Curricular do Curso de Pedagogia**. 2016. Disponível em: <https://usj.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/Matr%C3%ADz-Pedagogia.pdf>

CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Julia/Desktop/PPP%20USJ.pdf>